



ACÓRDÃO Nº 326/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2357/2013.

Apeços: Processo nº 2356/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS (destaque).

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Raimundo Valdelino R. Cavalcante - Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICA-AM.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3914/2016-MP-RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.3510).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. Exercício de 2012.

*Irregularidade. Multa. Encaminhamento.
Recomendação. Determinação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS (destaque) sob a responsabilidade do **Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante**, Diretor Presidente da Agência e Ordenador de Despesas no curso do exercício 2012, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal, considerando as irregularidades não sanadas descritas na fundamentação da proposta de voto;

9.2. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante no valor de **R\$ 8.768,25** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do inciso VI



ACÓRDÃO Nº 326/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais por todas irregularidades não sanadas descritas na fundamentação da proposta de voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.3. Encaminhar os autos à **Dicrex** para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adotar os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os arts. 3º e 5º da Resolução nº 3/2011-TCE;

9.4. Recomendar a Casa Civil - Estado do Amazonas e a ADS para que aprove e implementem o plano de cargos e salários para os servidores e, após, realizem concurso público para preenchimentos dos cargos efetivos;

9.5. Determinar a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.5.1. Evite prorrogar Contratos de Pessoal Temporário dos quais fiquem comprovados excessivos números de faltas, como também a ausência de comprometimento com essa Agência;

9.5.2. Realize um estudo sobre o valor do aluguel do prédio da sede da ADS para fins de comparação com aquele que sendo pago.

9.5.3. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

De ____/____/____



Fls. N° _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 326/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral